



Assentamentos convencionais e projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu, Pará: percepções locais da trajetória de implementação

Mara Cristina de Lima Costa¹

Roberto Porro²

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória de implementação da modalidade de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS no município de Anapu, região da Transamazônica, Sudoeste do Pará, a fim de constatar a efetiva ocorrência de iniciativas ambientalmente diferenciadas. A modalidade de assentamento PDS surge na região como uma nova proposta dos movimentos sociais, diante dos problemas decorrentes dos assentamentos convencionais, a partir de conflitos e tensões, principalmente em função da disputa pela posse da terra e do acesso a outros recursos naturais. O estudo foi realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas e realização de reuniões com grupos focais, possibilitando uma análise comparativa entre a modalidade de assentamento convencional e os PDS. Entre os principais resultados destacou-se que apesar da maior consciência ambiental entre assentados dos PDS, iniciativas ambientalmente sustentáveis ainda não são uma realidade nesses assentamentos. Assim, a implementação de assentamentos ambientalmente diferenciados, apesar de ser proposta inovadora, não se concretizou de modo a alcançar o desenvolvimento proposto pela modalidade, sendo necessárias melhorias e maior investimento nas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato amazônico; Meio-ambiente; Reforma agrária; Transamazônica.

CONVENTIONAL SETTLEMENTS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT PROJECTS IN ANAPU, PARÁ: LOCAL PERCEPTIONS OF THE IMPLEMENTATION PATH

ABSTRACT : This article analyzes the implementation of the tenure modality of Sustainable Development Project-PDS in the municipality of Anapu, Transamazon region, Southwest of Pará state. It aims to verify the effective occurrence of environmentally differentiated initiatives. The PDS settlement modality emerges in the region as a new proposal of social movements, given the problems arising from conventional settlements, from conflicts and tensions, mainly due to the dispute over land and access to natural resources. The study was conducted through semi-structured interviews and meetings with focus groups, enabling a comparative analysis between the conventional land reform settlement and the PDS modalities. Among the main results, it was highlighted that despite greater environmental awareness among settlers of the PDS, environmentally sustainable initiatives are not yet a reality in these settlements. Thus, the implementation of environmentally differentiated settlements, despite being innovative, did not materialize in order to achieve the development proposed by the modality, requiring improvements and greater investment in actions.

¹ Mestre em Agricultras Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, do Instituto Amazônico de Agricultras Familiares (INEAF/UFPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA - Amazônia Oriental).

² Pesquisador da Embrapa Amazonia Oriental, em Belém, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, do Instituto de Estudos da Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará.

KEYWORDS: Amazon peasants; Environment; Land Reform; Transamazon.

INTRODUÇÃO

O desmatamento em assentamentos de reforma agrária na Amazônia assume destaque nos últimos anos, gerando preocupação em diferentes setores da sociedade, que vêem o aumento destes índices como um desafio para a sustentabilidade dos mesmos (ALENCAR et al., 2016). Dentre as iniciativas de inserção da pauta ambiental na política fundiária, está à criação de modalidades de assentamento adequadas ao ambiente florestal, a formas de ocupação da terra não parcelares, e a outros instrumentos normativos. Para tanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) instituiu os Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista (PAE), os assentamentos agroflorestais (Polos Agroflorestais) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Dentre essas modalidades, os PDS têm se destacado, embora ainda haja dúvida quanto à sua real sustentabilidade ou capacidade de se diferenciarem dos assentamentos convencionais (PAs). Criado pela Portaria nº 477/99 do Incra, e regulamentado pela Portaria/Incrá nº 1.032 de 25 de outubro do no de 2000³ o PDS é uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área. Seus fundamentos se baseiam no atendimento às especificidades regionais ao invés de considerar o potencial agrícola da terra; no interesse ecológico, além do social; na valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; na concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individual ou condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e no interesse ecológico de recomposição do potencial original da área (BRASIL, 2000).

Na prática, o PDS flexibilizou a resolução que proibia a criação de assentamentos em área florestal, para casos onde caberiam o extrativismo e manejo dos recursos florestais existentes e agricultura familiar de baixo impacto ambiental, em áreas de interesse social e também ecológico. De acordo com normativa estipulada pelo Incra, as áreas para criação de PDS devem ser destinadas através de “concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias, seja associativista, condominial ou cooperativista”.

Passadas duas décadas da criação da modalidade, torna-se oportuno avaliar estes assentamentos ambientalmente diferenciados, por meio de uma análise comparativa

³Dados disponíveis no Diário Oficial da União, Seção 1 de 12 de dezembro de 2002 no site: <http://www.in.gov.br/>

com assentamentos convencionais. Visando contribuir com tal objetivo, neste estudo serão analisadas percepções de assentados em áreas selecionadas, representativas destas duas modalidades de assentamento, num mesmo município, a fim de constatar se realmente é possível identificar, sob a ótica dos sujeitos locais, se houveram iniciativas diferenciadas em PDS, alinhadas à perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O artigo está estruturado em seis seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta as dimensões utilizadas na avaliação dos assentamentos; a terceira apresenta a metodologia utilizada para coleta e análise dos dados; a quarta contextualiza os assentamentos estudados. A quinta seção analisa a percepção dos sujeitos sobre seus assentamentos. Nessa seção, discute-se o contraste entre as modalidades de assentamentos pesquisadas, a fim de identificar se a modalidade PDS realmente difere dos assentamentos convencionais, na perspectiva dos assentados. Por fim, as considerações finais são apresentadas na última seção.

DIMENSÕES UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

A reforma agrária na Amazônia, no lugar de redistribuir terra, se fez a partir da colonização de novas terras, caracterizando-se como política de ocupação regional que trouxe graves consequências ambientais e inúmeras sociais, provocadas pelo abandono dos lotes e a posterior reconcentração fundiária (BECKER, 2001).

Assim, parte significativa dos conflitos fundiários e problemas ambientais na Amazônia resulta da implantação dos projetos de colonização cuja política agrária era baseada na distribuição de terras nas novas fronteiras agrícolas. Os projetos de colonização, incentivados por fontes governamentais, promoveram o deslocamento de um grande contingente de famílias em direção à Amazônia. A falta de assistência governamental, no entanto, fez surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência no campo e a destruição ambiental na região (SAUER, 2005).

A colonização, na década de 1970, e os assentamentos, a partir da década de 1990, refletem a continuidade de uma luta, porque o benefício da terra não garante condições necessárias à subsistência. Aos problemas estruturais como falta de estradas e moradias adequadas somam-se inúmeras dificuldades para a produção agropecuária, comercialização desta produção e geração de renda, resultando em constante mobilidade humana. Por tudo isso a compreensão da questão agrária na Amazônia compreende as dimensões econômica, social, política e ambiental.

O assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns (NEVES, 1999). A

dinâmica dos assentamentos é, portanto, um espaço de formação de novas estruturas, onde indivíduos que se encontram marginalizados e excluídos do processo de produção vigente se unem na formação de um espaço em comum. A comunidade é um espaço essencial para o assentamento, principalmente em seu processo inicial, funcionando como uma estrutura organizativa informal que inicialmente constitui a instância básica de gestão. Assim, as relações estabelecidas durante esse período são fundamentais na tomada de decisões, para o funcionamento do assentamento e bem estar dos assentados.

Os assentamentos aparecem como a consagração da luta pela conquista da terra, que logo se desdobra em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho. Pode-se especular o assentamento enquanto ponto de chegada, ou seja, o acesso à terra permitindo a integração social. Do ponto de vista da organização social, o assentamento apresenta características semelhante às do bairro rural. Candido (1982) aponta que a estrutura de vizinhança e a posse da terra compreenderam uma função de relativa estabilidade na vida do caipira. Nesse mesmo contexto, o assentamento está conformado no universo rural como um novo processo de convívio, podendo ser considerado como uma comunidade em formação, onde há o convívio social e produtivo. A proposta para os assentamentos é criar comunidades onde se possa trabalhar e viver com autonomia:

“(…) os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc. (...)” (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1998, p. 26).

Com a criação dos assentamentos rurais, a vida das famílias assume uma nova dinâmica. Novos espaços e redes de sociabilidade são construídos, surgem novas formas de organização, que podem ser ou não continuidades do processo de luta pela terra. Além disso, novas demandas se criam especialmente referente às negociações com os agentes de governo para melhoria dos assentamentos, como busca de crédito e infraestrutura (LEITE et al., 2004).

As associações dão suporte às relações sociais dos assentados com entidades governamentais e da sociedade civil na grande maioria dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE et al., 2004). Enquanto algumas associações possuem existência puramente formal, outras estão envolvidas nos mais variados aspectos da vida do assentamento, o que pode ser explicado pela participação das famílias assentadas no processo de criação e desenvolvimento destas e outras formas de organização

(BERGAMASCO, 2004). Nessa perspectiva, as associações e cooperativas são instrumentos de mediação e interlocução com a sociedade civil e com o governo. Além da mediação externa, também atuam na dinâmica de acordos dentro do assentamento. Bergamasco e Norder (1996), analisando os assentamentos rurais no Brasil e os entraves do poder público para a sua consolidação, refletem sobre a luta constante dos assentados em busca de melhores condições de vida:

Em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial). [...] Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10).

Deve-se destacar que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamento no Brasil. Segundo Hoffmann e Kageyama (2007), a pobreza é maior na zona rural. Os autores constataram que em 2004 a pobreza afetava 65,1% da população residente no espaço rural e 29,2% dos residentes no espaço urbano. O assentado busca, através da posse da terra e domínio dos meios de produção, a melhoria na sua qualidade de vida. Apesar de todas as dificuldades iniciais, a detenção da terra é vista como o primeiro passo para essa conquista. O cumprimento das obrigações assumidas pelo governo na criação dos assentamentos é, portanto, fundamental para garantir condições de vida adequadas às famílias assentadas. O objetivo deve ser o desenvolvimento pleno, de maneira a proporcionar não apenas os meios de produção aos trabalhadores, mas fazendo-o de forma eficiente e responsável, preservando a dignidade e o bem estar dos assentados, e minimizando os impactos ambientais. Para isso, são necessárias políticas públicas específicas.

A perspectiva para o desenvolvimento de novos projetos pelas unidades familiares é o aumento da renda como garantia para permanência na propriedade e um patrimônio para os filhos. Silvestro et. al (2001) chamam atenção para o fato de que quando a sucessão familiar é comprometida, o futuro das propriedades geralmente é a venda para grandes produtores que trabalham de forma extensiva, comprometendo a continuidade dos assentamentos. Desta forma, ocorre uma significativa perda do tecido social que existe no campo, além de se perder o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Já a decisão de permanecer ou não na terra se relaciona a variáveis ligadas às estratégias de reprodução da família. Estas variáveis, por sua vez, dependem da trajetória familiar, construída através de experiências ao longo da vida. Conforme analisado por Felix (2008), durante essa trajetória observam-se diferenciações na condição de acesso a recursos de variadas ordens, e na liberdade de escolha entre atividades.

A mobilidade esteve presente na região da Transamazônica desde sua abertura, o que está diretamente ligado ao processo de colonização e ao incremento dos conflitos agrários na região. A mobilidade é um fenômeno constante, que constitui estratégia de sobrevivência desses agricultores. Após o acesso a terra, surgem outros desafios para essas famílias permanecerem e superarem os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, a convivência com pessoas de origem diferente e os problemas relativos à adaptação num outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem, vendem e partem para outro local. Mesmo diante de inúmeras dificuldades, é possível identificar melhorias em diversos aspectos, mas, principalmente, na autonomia da produção e do trabalho que o acesso a terra proporciona. No entanto, esses avanços não são suficientes para a fixação no lote. Logo, mesmo depois de assentados, a mobilidade não cessa pois as famílias seguem buscando melhorias em sua qualidade de vida.

Os assentamentos rurais podem ser inicialmente definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam o sistema de propriedade e uso da terra, estabelecendo outros padrões sociais de produção agrícola, por vezes, criando novas dinâmicas econômicas e sociais (MEDEIROS et al., 2002; MARTINS, 2003). A partir de sua criação, são necessários projetos que possibilitem aos assentados um melhor manejo dos recursos disponíveis na área onde passarão a residir e trabalhar, bem como desenvolver esforços para o desenvolvimento dessa nova comunidade que passam a constituir. Assim, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dentre outras ações que visem à promoção de educação e capacitação para assentados, são essenciais para o sucesso da reforma agrária, ao garantir parte dos subsídios necessários aos assentados para construção dessas comunidades que, assim, aumentam suas chances de se tornarem efetivas na produção agrícola.

A assistência técnica nesse caso tem um papel fundamental para a permanência no campo, pois o acompanhamento permite melhor qualidade de vida. A ATER, mais do que levar assistência técnica para ampliar a produção, contribui para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social (ABRAMOVAY, 1998).

A sustentabilidade é preocupação no quadro ambiental e social dos assentamentos

de reforma agrária. Os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” estão associados a conceitos econômicos, ambientais e sociais. Entretanto, existem interesses e conceitos distintos para o estabelecimento de parâmetros sobre o que seja um “ambiente sustentável”. Para Sachs (2004), o desenvolvimento é entendido não somente no sentido econômico, mas também no de bem-estar. Dessa forma, conciliar sustentabilidade com desenvolvimento envolve o desafio necessário de realizar atividades produtivas aliadas à conservação de recursos naturais.

São, portanto, diversos os desafios para a prosperidade nos assentamentos rurais, exigindo ações governamentais emergenciais que proporcionem viabilidade a projetos econômicos e sociais. Refletir a partir da perspectiva dos assentados sobre a interpretação da realidade nos assentamentos em que residem é fundamental para propiciar instrumentos de efetiva intervenção visando a consolidação de meios de vida sustentáveis.

METODOLOGIA

O recorte espacial da pesquisa é a Mesorregião Sudoeste do Pará, mais especificamente a microrregião de Altamira, em áreas de influência da rodovia Transamazônica. Para o Incra, esta é a jurisdição da Unidade Avançada (UA) de Altamira, abrangendo dez municípios. A mesorregião apresenta clima equatorial superúmido, ocupando uma área de 393.029 km² (COIMBRA, 1996).

Ao analisar as modalidades de assentamento PA e PDS nos municípios sob jurisdição da UA de Altamira, verificou-se que apenas em Anapu há assentamentos na modalidade PDS efetivamente ativos, seja em fase de estruturação ou consolidação. Assim, optou-se pela realização do estudo neste município.

O município de Anapu, criado através da Lei Estadual nº 5.929, de 28 de dezembro de 1995, origina-se do desmembramento de Pacajá e Senador José Porfírio (Figura 1), com área total de 11.895,296 km² (IBGE, 2015). Suas origens estão relacionadas à construção da rodovia BR-230 (Transamazônica) e ao Programa de Integração Nacional (PIN), instrumentos das políticas de desenvolvimento e segurança nacional do governo militar, planejadas para solucionar dois problemas: trazer camponeses empobrecidos e trabalhadores rurais sem terra afetados pela seca no Nordeste para a Amazônia, e ocupar o que se entendia como “espaços vazios” (GUIMARÃES NETO, 2014).

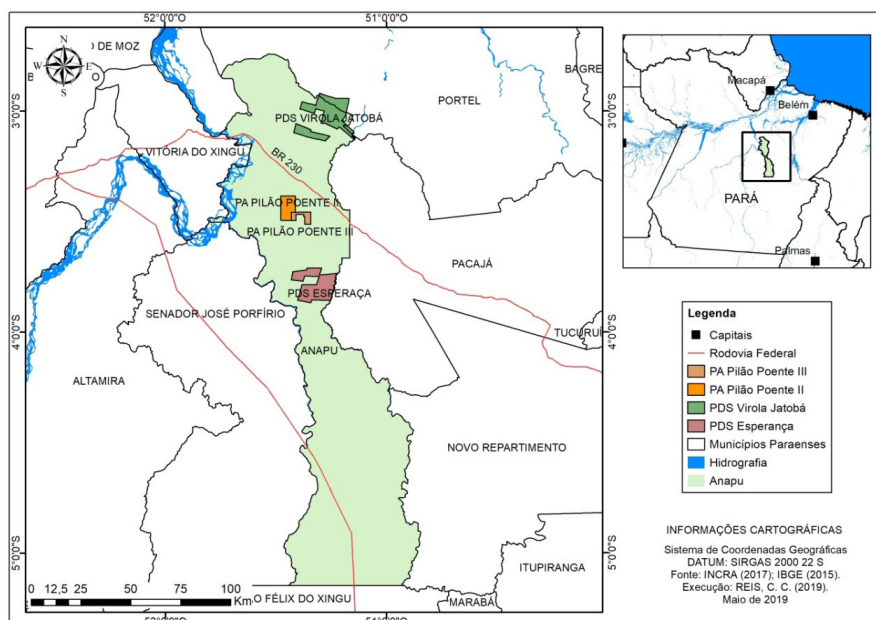
Além disso, o município de Anapu ainda hoje é palco de diversos conflitos sociais decorrentes principalmente das consequências da política de colonização, marcado pelo desmatamento de extensas áreas para a implantação de projetos agropecuários e pela grilagem de terras. Diante disso, foram selecionados dois pares

de assentamentos no município, sendo que cada par inclui um PA e um PDS com localização relativamente próxima: PDS Anapu I (Esperança) e PA Pilão Poente III; e PDS Virola Jatobá e PA Pilão Poente II (Figura 1).

O estudo foi realizado em 2018 por meio de metodologia fundamentada na análise de relatos em entrevistas abertas e semiestruturadas em unidades familiares, visando compreender a percepção dos entrevistados sobre as modalidades de assentamento, seus meios de vida e uso dos recursos naturais.

Em cada um dos assentamentos foram selecionadas oito famílias para realização de entrevistas semiestruturadas, entre maio e julho de 2018. A seleção das famílias foi baseada no tempo de residência das mesmas e sua situação enquanto assentada. Utilizou-se um roteiro de perguntas para análise qualitativa, composto de quatro eixos. A análise deu-se a partir de transcrições das entrevistas semiestruturadas. Para melhor operacionalizar a análise dos dados, os conteúdos das entrevistas foram agrupados para cada um dos assentamentos pesquisados, conforme cada eixo temático dos questionários: 1) organização social; 2) atividades econômicas; 3) floresta, meio ambiente e sustentabilidade, e 4) mobilidade, condições de vida e bem estar.

Figura 1 - Mapa de localização dos assentamentos.



Fontes: Incra, 2017; IBGE, 2015.

O estudo dos processos perceptuais possui várias vertentes. No sentido dado por Del Rio e Oliveira (1997), a percepção é entendida como um processo mental de interação do indivíduo com o ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. É ela que permite ao ser humano, o ato de tomar consciência do mundo. Assim, a maneira como percebemos as coisas ao nosso redor é muito variável de acordo com nossas experiências passadas, crenças, atitudes, valores, personalidades. Nesse estudo, entendemos percepção como o processo básico de apreensão da realidade interna e externa ao indivíduo. O exercício da percepção é utilizado, portanto, para definir a compreensão dos indivíduos sobre um determinado tema.

A percepção dos indivíduos é fundamental para alcançar o objetivo proposto no estudo, visto que todo comportamento humano decorre de percepções, ou seja, as pessoas agem ou reagem de acordo como percebem e interagem com o meio ambiente à sua volta. Assim, diante de uma mesma situação-problema, evento ou objeto, cada pessoa tem uma experiência individual e única de percepção que depende de suas representações ou experiências de vida.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS

A estrutura fundiária das terras que hoje definem Anapu é marcada, por um lado, pela ocupação de pequenos produtores a partir dos projetos integrados de colonização (PIC), implantados desde 1971, destinados à ocupação de lotes de 100 hectares por agricultores familiares que se propusessem a morar e praticar atividades agropecuárias. Por outro lado, áreas de 3.000 hectares foram destinadas a Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP⁴), cujo objetivo era incentivar a instalação de empresas rurais.

As terras que hoje constituem os assentamentos estudados localizam-se em áreas anteriormente ‘negociadas’ entre poder público e particulares, em sua maior parte através de CATPs que foram retomados pelo Estado, devido ao não cumprimento dos contratos. As terras foram inicialmente ocupadas espontaneamente por agricultores familiares, sendo regularizadas através de projetos de assentamento oficiais após reivindicação e pressão dos movimentos sociais locais sobre o Inkra. Já nos PDS, as primeiras famílias se organizaram em acampamento coletivo, em barracões improvisados, sendo posteriormente assentadas de maneira mais controlada pelo Inkra. As informações gerais sobre os assentamentos no município de Anapu são apresentadas na Tabela 1.

⁴ CATPs eram contratos de alienação das terras públicas celebrados entre o Inkra e o particular, através de processo licitatório. Ambos contratantes possuíam obrigações. O Inkra deveria proporcionar infraestrutura como a construção de estradas, e o particular devia fazer a abertura da área para exploração agropecuária. Nenhuma das partes cumpriu seus compromissos no acordo (MENDES, 2012).

Tabela 1 - Assentamentos de reforma agrária no município de Anapu.

Modalidade de assentamento	Área (ha)	Famílias	Ato de criação
PA GROTÃO DA ONÇA	12.782,1	159	25/08/1997
PA PILÃO POENTE	14.800,0	235	25/08/1997
PA PILÃO POENTE III	31.568,5	173	22/12/1997
PA PILÃO POENTE II	86.902,2	951	22/12/1997
PDS ANAPU I (PDS ESPERANÇA)	26.161,7	225	05/10/2004
PDS ANAPU IV (PDS VIROLA JATOBÁ)	14.695,8	113	13/08/2004
PDS ANAPU III (PDS VIROLA JATOBÁ)	23.558,1	102	13/08/2004
PA ANAPUZINHO	17.500,0	107	13/10/2006

Fonte: Incra / Sipra (2018).

As duas áreas que correspondem aos PAs Pilão Poente II e Pilão Poente III, juntas totalizam 118.471 ha e encontram-se ocupadas por 1.124 famílias (SIPRA, 2018). Seus residentes são migrantes de várias regiões do Brasil, mas a maioria é proveniente de municípios próximos ou de outras partes da região Norte. As trajetórias dos mesmos são bastante distintas, tendo em comum a experiência do deslocamento e busca por terras na região. A maior parte ficou sabendo das terras através de familiares ou amigos, e alguns já haviam possuído terras, ou trabalhado na zona rural.

Eu sempre tive vontade de uma terra, mas nunca tive coragem de invadir. Aí o antigo dono daqui estava trocando essa terra em uma casa, aí eu fui e fiz o negócio, principalmente porque a gente já conhecia o assentamento, porque tem familiares da minha esposa que mora aqui. A gente se interessou pelo lote. Como a gente já se mudou pra cá em 2002, e já era assentamento, a chegada foi tranquila. Claro que no começo é um pouco difícil, até se estabilizar, mas normal, nós fomos assentados pelo Incra logo no ano seguinte, no caso em 2003 (assentado 4, PA Pilão Poente II).

Os dois PAs estudados foram criados no ano de 1997, em meio ao fortalecimento de movimentos sociais que buscavam principalmente a regularização para posseiros que já haviam se instalado naquelas terras, assim como novas áreas para os migrantes que continuavam chegando na região.

Aqui foram lotes tirados pelos próprios moradores mesmo, mas muitos dos que demarcaram lotes venderam logo. Era gente que tirava lote com essa finalidade já. Hoje, os que moram aqui, que são assentados, a maioria já é de lote comprado. Meu pai, o lote dele foi tirado quase no início, muito

depois que o Incra entrou aqui pra demarcar os lotes já no final de 1990 e fazer o assentamento. Na época aqui ainda pertencia a Pacajá. (Assentado 2, 45 anos, PA Pilão Poente III).

Como menciona o informante anterior, muitas pessoas nesse início adquiriram o lote por meio de venda, pois muitos posseiros já demarcavam a terra com essa finalidade, prática comum na região. As terras eram vendidas a preços bastante baixos, o que muitas vezes era a única saída devido ao abandono do governo.

Essa área aqui que a gente tá, da gleba 86, se deu de uma invasão. Só que a gente comprou sem saber, aí o executor do Incra na época nos disse que realmente era uma área de invasão, só que explicou pra gente que eram terras da União, que a gente poderia ficar lá e ir trabalhando, só que precisava se organizar. Mas a gente não sabia como se organizar, e aqui vivia cheio de gente que ficava rodando por aí, uns diziam que era funcionário do homem que se dizia dono dessas terras e outros diziam que eram pistoleiros, então a gente vivia aqui com medo. A nossa sorte é que um morreu pra salvar os outros, porque se não fosse a morte da Dorothy, que teve repercussão no mundo todo, aqui sempre ia ficar morrendo gente, porque matavam um e ninguém ligava, porque era invasor, como eles chamavam a gente. E mesmo sem ela ter vindo aqui foi ela que entrou em contato com o sindicato e foram eles que nos ajudaram a se organizar. [...], se não fosse eles esse processo tinha sido bem mais devagar e quem sabe até a gente tinha perdido essas terras (Assentado 5, 64 anos, PA Pilão Poente II).

Os assentados relataram também as dificuldades enfrentadas por falta de ações do governo, como falta de energia elétrica, falta de estradas e de assistência técnica.

A gente tirou esse lote aqui em 1999, aí a gente foi trabalhando aqui e em 2001 viemos morar aqui. Era tudo muito difícil, depois que eu cheguei aqui eu passei cinco anos sem ir nem em Anapu, porque não tinha estrada, a gente sofreu demais aqui. O meu marido ia de bicicleta lá na vilona, 26 km pra comprar leite em pó pros meninos, porque nesse tempo ninguém tinha gado ainda. Aí depois que os meninos foram crescendo a gente conseguiu comprar uma motinha. Aqui não tinha energia, tem só uns três anos depois que a gente morava aqui que a energia chegou. A gente tinha um motor, mas era sofrimento, era 200 reais só de óleo e a gente só ligava três horas à noite. Demorou muito pra gente conseguir se estabilizar (Assentado 8, 38 anos, PA Pilão Poente II).

A ocupação dos primeiros PAs no município de Anapu se deu, portanto, através da colonização espontânea, sem subsídio algum do governo. É a partir da organização

social na região que se inicia a criação dos assentamentos, como uma forma de resposta às reivindicações dos movimentos sociais atreladas à crise econômica e ambiental instaladas na região na década de 1990, resultado principalmente da forma de colonização implantada nesse perímetro da Transamazônica.

Quanto aos PDS, seu processo inicial ocorreu sob organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos movimentos sociais locais, principalmente em relação a orientação às diversas famílias que começaram a chegar ao município em busca de terras, vindas principalmente pela notícia de que ali era fácil consegui-las. Ocorriam reuniões de esclarecimento sobre as normas e exigências do assentamento. Devido às restrições, muitas famílias desistiram logo no início, por não se identificarem com o modelo de assentamento imposto. Conforme relata um dos assentados:

Quando a gente chegou aqui em 2002, a gente ficou em busca de arrumar um lote, sem condições nenhuma de comprar. Aí falaram pra gente ir procurar a Dorothy; que tinha uma freira lá no Anapu que ajeitava gente pra colocar num assentamento, numa modalidade de assentamento diferenciada. Nessa época, hoje ainda, nego falava muito mal daqui, dizia que a gente ia morrer de fome, que aqui tudo ia ser coletivo, que todo mundo ia ter direito no que era seu, que se plantasse uma roça de arroz era de todo mundo, qualquer um podia vim arrancar, que quem ia governar, mandar em nós eram os americanos. Mas aí a gente pegou e foi conhecer que proposta era essa, como funcionava realmente, porque de ouvir falar bem, ninguém falava não. Foi aí que a gente conheceu a irmã. Ela pediu pra gente conversar com o presidente do sindicato, aí depois que nós conversamos com ele, ela nós entregou uma cartilha, que explicava o que era um PDS, como que a gente ia sobreviver aqui, qual a perspectiva de vida, quais as garantias que o governo estava oferecendo pra gente poder preservar. Aí ela nos deu essa cartilha pra gente estudar toda aquela proposta, porque a gente tinha que vir pra cá sabendo como era e se aquela proposta servia pra gente. Ela disse pra gente que a certeza se servia ou não estava dentro daquela cartilha. Aí a gente estudou bem aquela cartilha e voltamos dizendo que estávamos interessados (Assentado, 43 anos, PDS Virola Jatobá).

Durante o processo de solicitação das áreas destinadas aos PDS e discussão da modalidade, em 1998, um pequeno grupo de famílias havia ocupado essas áreas. Então, logo que iniciou a discussão a respeito da criação dessa modalidade, em 1999, os movimentos sociais iniciaram um processo de conscientização dessas famílias. Inicialmente houve resistência, as famílias não aceitando o formato que estava

sendo proposto. No entanto, após inúmeras discussões, esses moradores apoiaram a implementação, contribuindo para a criação das primeiras vilas (SOUSA, 2007).

É importante ressaltar que essas áreas foram selecionadas por serem praticamente desabitadas, pensadas justamente para que houvesse uma conscientização com os agricultores pretendentes antes de entrarem, para que os que entrassem o fizessem entendendo minimamente a modalidade de assentamento proposta.

O pensamento da gente era porque nos PAs convencionais estavam tendo muita derrubada, já existiam vários PAs e a prática de desmatamento era comum. Então a gente começou a estudar as áreas que menos tivesse pessoas morando e que tivesse uma quantidade considerável de floresta, e era um bloco bem grande de lotes que não existia documentação... Então a gente teve acesso ao grande mapa do Incra, fez um levantamento de todos os lotes que eram licitados e alienados e os que eram licitados e não alienados, então o número maior de lotes licitados e não alienados era em primeiro lugar onde hoje é o Virola e depois onde é o Esperança. Foi assim que a gente selecionou essas áreas. Nisso a gente já tinha uma lista bem grande de pessoas que queriam ser assentadas, aí a gente fazia reuniões com eles, mostrava um cartilha que a gente produziu na época explicando do que se tratava essa nova modalidade de assentamento, porque a gente queria pessoas que se identificassem com esse pensamento (Sr. Ivan, Presidente da Asseefa).

Após o decreto da criação do PDS, no final de 2002, ocorreu um processo de organização para a entrada das famílias selecionadas nas áreas. Com a morosidade do Incra nesse processo, iniciou-se uma mobilização para ocupação dessas áreas, como forma de pressão para as ações iniciais do órgão, e também para que outras pessoas entrassem. Assim, no início de 2003 as primeiras famílias chegam à área, com apoio da CPT. Em 2004 o restante das famílias entrou, já com o apoio do Incra.

No dia 27 de fevereiro aconteceu uma reunião de criação de uma associação. Nessa época já tinha uma média de 60 a 70 famílias para serem assentadas, e tinha também umas 12 famílias que já moravam aqui. Então fizemos essa assembleia, formamos o corpo da associação e a partir daí começamos a pensar em realmente vir pra área, porque não dava pra esperar pelo Incra, porque tinham muitas pessoas de olho nessas terras (liderança da associação, PDS Virola Jatobá).

Um total de 16 famílias se uniram às que já moravam no local e fundaram uma vila. Essas famílias permaneceram na vila por um ano, quando em 2004 o Incra

passa a apoiar a entrada do restante das famílias e a divisão dos lotes. Segundo moradores da época, nessa primeira ação do Incra foram assentadas 94 famílias no PDS Virola Jatobá e 136 no PDS Esperança.

No entanto, nos anos iniciais foram constantes as ameaças e conflitos, e muitos agricultores desistiram de aguardar as ações do Incra, preferindo não arriscar a permanência na localidade. A desistência acontecia também por alguns agricultores não se adaptarem à modalidade proposta, não concordando com as restrições em relação à conservação ambiental.

Após a criação dos PDS, trava-se nova luta no PDS Esperança para a incorporação do Lote 55 ao assentamento. Conflitos são travados com os fazendeiros que se diziam donos dessa área, conforme relato:

Na época ainda estava no início do povoamento do PDS. Essa área da 55 foi o motivo do conflito que ocasionou a morte da irmã. Lá o que aconteceu foi que essa área de terra pegava nos fundos de uma fazenda, aí o pessoal foi ocupando essa área, mas eles não aceitavam. Teve um episódio que eles vieram e colocaram fogo nos barracos do pessoal e jogaram semente na rocinha do povo. Mas ela já vinha sendo ameaçada de morte pelos fazendeiros da região desde quando ela começou a liderar esse movimento de criação dos PDS. Aí, depois da morte dela, toda a área dessa fazenda virou PDS, principalmente devido a repercussão da morte dela (Sr. Ivan, Presidente da ASSEEFA).

Já no caso do PDS Virola Jatobá, no ano de 2008 o Incra assentou um grande número de famílias nos lotes das glebas 107 e 132. Segundo um dos assentados pioneiros, o Incra não se preocupou em esclarecer aos novos assentados como funcionava a modalidade de assentamento, assim como qual deveria ser o perfil dos novos assentados:

Em 2008, o novo chefe do Incra disse que não concordava com aqui ser uma área desse porte, com uma quantidade tão grande de lotes sem ter assentados. Então ele disse que iria encher aquilo lá de gente. Nisso ele tirou todo o poder da associação quanto ao assentamento de pessoas, que a responsabilidade de seleção de pessoas e de assentar era totalmente do Incra, então ele encheu duas carradas de pessoas e colocou no assentamento. A maioria dessas famílias não tinham o perfil desejado para o assentamento. Muitos deles vieram com o intuito de criar gado, a gente da associação ficou tentando dar uma segurada, tentando conscientizar esses novos moradores, mas aí começou um conflito de interesses. [...] Eles queriam der-

rubar tudo, queriam fazer pasto, queriam fechar o manejo florestal, que já havia iniciado, entre outras coisas. (liderança da associação, PDS Virola Jatobá).

Portanto, a ocupação dos PDS aconteceu de formas distintas. Em um primeiro momento ocorre de forma espontânea pelas poucas famílias que já moravam no local. Logo após a criação dos assentamentos ocorre a ocupação organizada pelos movimentos sociais, como uma forma de pressionar o governo para ações de assentamento. Por fim se dá o processo de assentamento direcionado pelo Incra.

Podemos observar que a chegada das primeiras famílias nos PAs e PDS ocorreu tanto em anos, como em formas diferentes. As primeiras famílias dos PAs chegaram na década de 1990, enquanto que no PDS Virola Jatobá a ocupação iniciou em 2002 e 2003. Já no PDS Esperança, tal se deu nos anos 2004 e 2005, com a maior parte das famílias permanecendo nos lotes.

Quanto à forma de acesso aos lotes, em ambas as modalidades não houve a participação do Incra no processo inicial, ocorrendo ocupação espontânea, de maneira organizada no caso dos PDS, e sem participação das organizações sociais, no caso dos PA. Somente após a fixação das primeiras famílias nos PDS houve ação do Incra, enquanto nos PA não há relatos de ações desse tipo relacionadas ao órgão.

PERCEÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE OS ASSENTAMENTOS EM QUE VIVEM ORGANIZAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

A relação entre unidades familiares aparece como estratégia de superação das dificuldades enfrentadas principalmente durante a chegada dos agricultores aos lotes. A união e organização dos assentados foram fundamentais para enfrentar obstáculos como a falta de recursos financeiros, a ausência de apoio do Estado e o desafio de desenvolver suas atividades e assim construir seu espaço de moradia e trabalho. Esse é o relato de diversos assentados, representados pela narrativa a seguir:

A gente logo que entrou formou uma comunidade, que depois gerou uma associação. Hoje as coisas só estão assim porque a gente se organizou, como diz o ditado “uma andorinha só não faz verão”. É igual à gente nesse caso, sozinho não teria conseguido nada. Se cada um tivesse se isolado, os pistoleiros tinham acabado nos expulsando daqui, e juntos a gente foi se erguendo um ajudando o outro nas dificuldades, nos plantios, o que um sabia ia ensinando pro outro (Assentado 4, 68 anos, PA Pilão Poente II).

Entre os entrevistados, a relação de parentesco é considerada de fundamental importância, contribuindo para a adaptação a um novo espaço de convivência,

proporcionando um sentimento de autonomia e pertencimento à nova localidade. Além da relação de parentesco, a amizade é construída na convivência cotidiana por meio do diálogo, do respeito às regras estabelecidas e à organização existente entre famílias e nas relações de vizinhança e ajuda mútua experimentadas nos momentos de necessidade.

Aqui quase todo mundo é parente, e isso foi muito importante principalmente no início, quando a gente não tinha praticamente nada. E quem não é parente é amigo, gente que veio pra cá junto, enfrentou as dificuldades, se ajudou e se ajuda ainda até hoje, isso de conhecer as pessoas, de ter passado pelas mesmas dificuldades, foi criando um relação de amizade quase que como irmão (assentado 5, 45 anos, PA Pilão Poente III).

É pertinente destacar o papel da religião nos assentamentos. Inicialmente houve forte participação da igreja católica na consolidação dos mesmos. Recentemente, tem crescido a atuação de igrejas evangélicas, contribuindo para uma nova forma de organização.

Por ser uma espécie de “exigência” do Estado, as associações constituem a forma predominante de representação dos assentados. As associações são a personalidade jurídica do assentamento e sua presença é fundamental para o repasse de créditos (LEITE et al., 2004, p. 113). Nos assentamentos estudados, as associações foram constituídas por meio dos movimentos sociais presentes no município, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no caso dos PAs, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos PDS.

Nos quatro assentamentos estudados foram criadas associações. No PA Pilão Poente II a associação continua atuante, e os assentados relatam que obtiveram diversos benefícios com apoio e mobilização da organização, como a construção de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a obtenção de crédito para a agricultura familiar. Já no PA Pilão Poente III, apesar de no momento das entrevistas a associação não se encontrar ativa, a maior parte dos entrevistados destacou a importância de uma associação, pois sem essa forma de organização eles ficam “sem voz” para reivindicar e cobrar seus direitos. Quanto aos PDS, apenas um dos entrevistados não participa ou nunca participou de associação. O PDS Virola Jatobá conta com duas associações, indicador de cisão entre assentados. Aqueles mais antigos defendem o modelo de assentamento, enquanto os novatos não concordam com as regras impostas e lutam para a flexibilização das mesmas. Além das duas associações, o PDS Virola Jatobá possui uma cooperativa, criada para execução do manejo florestal comunitário no assentamento. O PDS Esperança

também possui duas associações, uma criada no início do assentamento e outra formada depois, e estas apresentam interesses diferentes, conforme indica um assentado entrevistado:

Foi criada essa segunda associação porque houve um racha na associação devido estarem com outros objetivos, que não se adequavam ao PDS. Na verdade a proposta deles é de acabar com essa modalidade, então foi criada essa segunda associação com os moradores mais antigos e que defendem a modalidade (assentado 7, 58 anos, PDS Esperança).

As organizações sociais, segundo os assentados, foram muito importantes para a garantia da sobrevivência das famílias e para a própria estruturação do assentamento. Ainda hoje, apesar de enfraquecidas, são de fundamental importância para a garantia dos direitos dos residentes, conforme observado abaixo:

A associação é a ferramenta principal do trabalhador rural, junto com o sindicato. A associação daqui, apesar de um pouco enfraquecida, ela é organizada e existe até hoje. Através dela já conseguimos muita coisa, como financiamento, construção de casas, conseguimos a energia através de greves e de manifestação (assentado 1, 59 anos, PA Pilão Poente II).

As associações dão suporte às relações sociais dos assentados com entidades governamentais e da sociedade civil na grande maioria dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE et al., 2004). Enquanto algumas associações possuem existência puramente formal, outras estão envolvidas nos mais variados aspectos da vida do assentamento, o que pode ser explicado pela participação das famílias assentadas no processo de criação e desenvolvimento destas e outras formas de organização (BERGAMASCO, 2004). Nessa perspectiva, as associações e cooperativas são instrumentos de mediação e interlocução com a sociedade civil e com o governo, desempenhando uma representação externa que permite o acesso a programas e melhorias que possibilitam o desenvolvimento econômico do assentamento. Além da mediação externa, também atuam na dinâmica de acordos dentro do assentamento, possibilitando a superação dos dilemas coletivos e reduzindo incertezas em um novo espaço de moradia.

Com efeito, nos assentamentos convencionais os conflitos diminuíram após sua consolidação. Os entrevistados alegaram que não há conflitos internos nos PA estudados, a não ser desentendimentos normais entre vizinhos, mas nada que seja relevante para a comunidade. Já os PDS são marcados por inúmeros conflitos, e a

razão mais citada refere-se à própria modalidade, visto que nos dois PDS há uma divisão clara entre aqueles que defendem a modalidade e os que não concordam com as regras impostas e desejam o fim dos PDS. Essa distinção contrapõe moradores pioneiros, que por terem participado de todas as discussões iniciais, possuem maior clareza sobre o funcionamento e importância do PDS, e moradores novatos, que geralmente entram no assentamento por meio da compra de lotes, seja sem saber como de fato funcionam assentamentos diferenciados, ou já sabendo, mas não conseguindo se adaptar, ou não concordando. Essa divergência leva a conflitos de liderança e divisão de grupos, resultando na formação de novas associações que pautam a luta pelo fim da modalidade. Tal pode ser observado na narrativa abaixo:

Hoje o maior conflito aqui dentro é por conta do tipo de assentamento. Tem muita divergência de opinião, principalmente entre os moradores antigos e os novatos. O pessoal pensa muito diferente um do outro. Não é briga física mesmo, mas tem esse pensamento diferente que causa esses conflitos, tem muita gente aqui que quer que o PDS acabe e tem os mais antigos que ainda defendem e lutam como podem. (Assentado 5, 62 anos, PDS Virola Jatobá).

No PDS, o fato da terra de trabalho ser dividida entre individual e coletiva, com cobertura florestal, sujeita a inúmeras restrições, também resulta em conflitos. O grupo social enfrenta ainda hoje extrema dificuldade para decidir e negociar quando e como explorar a área coletiva, para garantir assim sua reprodução social e autonomia produtiva. Nesse sentido, Lopes (2004, p. 17) destaca que tais situações se caracterizam como conflitos sociais mascarados pelo viés da “ambientalização”, visto que assentados e Estado incorporam o discurso ambiental com interesses distintos.

De fato, a modalidade PDS, desde sua criação, enfrenta conflitos, já que madeireiros e fazendeiros não aceitavam que grandes áreas, ricas em espécies florestais, fossem destinadas à agricultura familiar. Mesmo com a criação legal dos PDS, a exploração ilegal de madeira continuou, apesar de esforços como o aumento da vigilância por parte do Inkra e ações das associações. Novas regras foram necessárias, como a instalação de guaritas com corrente na entrada dos PDS. No PDS Virola Jatobá, a guarita foi instalada sob responsabilidade dos próprios moradores, e precisou ser desativada em 2016, após inúmeras ameaças. Já no PDS Esperança, a guarita contou com o apoio do Inkra através de vigilância fixa de empresa contratada, e tem funcionado até 2019.

O PDS Virola Jatobá apresentou outra particularidade. Em 2008, o surgimento do Manejo Florestal Comunitário (MFC), faz com que novos conflitos surjam

dentro do assentamento. Para Mendes e Porro (2015):

Para o manejo florestal no PDS, enquanto o Ibama se referendava na natureza gerada com disposições técnicas e legais e visava cumprir suas metas institucionais, os agricultores enxergavam nessa atividade que jamais tiveram contato a possibilidade de melhoria de vida, como complemento da renda na unidade familiar, cuja principal atividade continuava a ser a “ambientalmente incorreta” roça de corte-e-queima. A natureza exuberante do PDS era vislumbrada como precursora de boas roças (MENDES; PORRO, 2015, p.106).

Grande número de famílias passa a discordar da implantação do manejo florestal como busca de renda complementar e da manutenção dos recursos florestais. Apesar do MFC contribuir com uma renda extra para as famílias, tanto através da remuneração do trabalho como pela distribuição da renda gerada pela venda da madeira, a resistência à inserção nessa atividade se dá, por um lado, pelo desconhecimento dessa forma de uso da floresta e, sobretudo, por receio de interferências nas estratégias de uso da terra.

Além da resistência inicial das famílias à implantação do manejo florestal no PDS, sua execução trouxe outros conflitos, como aquele com a empresa que gerenciava o manejo no seu período inicial, devido à falta de transparência da empresa no repasse do recurso, e conflitos internos entre unidades familiares em desconfiança com os representantes da associação que estavam diretamente envolvidos nas negociações com a empresa (MENDES; PORRO, 2015).

Embora em um primeiro momento houvesse a rejeição em relação à atividade do MFC pelas famílias do assentamento, gradativamente certas famílias foram incorporando o discurso ambiental e reconhecendo a importância do recurso dele derivado, que possibilitou a compra de bens, ferramentas de trabalho e o investimento em cultivos agrícolas rentáveis na região. Contudo, diversas denúncias envolvendo irregularidades no MFC executado através de parceria entre comunidade-empresa levaram a uma determinação (Instrução Normativa 65/2010⁵ do Inbra), vedando a gestão direta do manejo florestal por empresas, em assentamentos, a partir do final de 2012.

Somente a partir do final de 2014, com o apoio de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Universidade Federal do Pará

⁵ A Instrução Normativa nº 65 do Inbra, datada de 27 de dezembro de 2010, estabelece critérios e procedimentos para atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento. Seu artigo 28 diz, textualmente: “As atividades do manejo florestal deverão ser executadas de forma direta pelos beneficiários, com o objetivo de utilizar a mão de obra familiar e promover a geração de renda (INCRA, 2010).

(UFPA), a comunidade passou a buscar formas para viabilizar uma gestão correta do manejo florestal, além de recuperar o passivo ambiental deixado nos cinco anos de exploração pela empresa.

Assim, em meados de 2016, o manejo florestal é retomado no PDS. No entanto, no final de 2017, invasões na reserva legal onde estavam localizadas as ações de manejo intensificam os conflitos. A demora na retirada dos invasores causa profundos danos ambientais e materiais. Os conflitos, portanto, se renovam, seja por divergências internas, seja como resultado da contestação dos interesses dos madeireiros da região.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os assentamentos estudados, assim como a região Transamazônica como um todo, caracterizam-se por três principais sistemas de produção: cultivos anuais para consumo familiar; cultivos permanentes ou perenes, principalmente do cacauieiro; e o gado bovino. As pequenas criações, principalmente de aves e suínos são menos relevantes em termos econômicos, porém são importantes fontes de alimentação familiar.

Apesar dessas atividades serem comuns em todos os assentamentos estudados, as modalidades possuem diferenças entre si. Os PAs apresentam como principal atividade econômica a criação de gado, combinada com o cultivo do cacauieiro, devido aos incentivos iniciais para a formação de pastagens no período de colonização, além das condições favoráveis de mercado local, onde a pecuária aparece como atividade relevante. Os assentamentos apresentam condições edafoclimáticas adequadas para a produção cacauieira, assim como dificuldades para implantação de cultivos anuais devido à fiscalização ambiental, conforme mencionado pelos assentados.

Hoje a gente tá só com um cacau que a gente tem e gado. Roça mesmo já tem um tempo que a gente não coloca, então mudou muito. No início a gente colocava roça todo ano, agora só o plantio permanente e um pouquinho de gado que a gente tem. A gente mudou porque hoje tá muito difícil, o Ibama não quer deixar queimar, e o cacau é mais fácil, dá pra plantar sem queimar. Mas roça de milho, de arroz, não dá não (Assentada 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Os PDS surgem como proposta para combinar agricultura ao uso sustentável, numa possibilidade de reduzir o desmatamento, aliando a produção com a manutenção da floresta. Dessa forma, possuem limitações em relação aos assentamentos convencionais, como por exemplo, limites no uso da terra para a

pecuária extensiva. Apesar de apresentarem as mesmas regras, os PDS também apresentaram diferenças entre si. No PDS Virola Jatobá, devido ao solo menos fértil, a principal atividade econômica são os cultivos anuais. Nos últimos anos, ali tem crescido a criação de gado. Já no PDS Esperança, a principal atividade econômica são as culturas perenes, em especial o cultivo do cacaueteiro. Dentre os quatro assentamentos estudados, o PDS Esperança é o que apresenta os melhores solos para a cultura.

Outra estratégia para a proteção e aproveitamento das áreas de uso coletivo foi a implementação do manejo florestal de base sustentável no PDS Virola Jatobá, entre 2008 a 2012, e de 2016 a 2017, contribuindo para gerar renda complementar às famílias, além de frear o avanço de madeireiros clandestinos.

A combinação de atividades é estratégia de sobrevivência das famílias comuns nos assentamentos. Tais combinações, ou a predominância de cultivos anuais, cultivos perenes ou gado bovino estão relacionadas a fatores como o poder aquisitivo da família, as condições do meio biofísico, a fase do ciclo de vida da família e a distância ao mercado, além da influência das regras estabelecidas pelo Plano de Utilização⁶, no caso dos PDS. No PDS Virola Jatobá, as restrições à criação de gado aliadas aos limites de fertilidade do solo para o cultivo do cacaueteiro, tem limitado a autonomia dos agricultores. As famílias do PDS Esperança se encontram em situação mais favorável, devido à relativa autonomia obtida por meio do cultivo do cacaueteiro, atividade que gera renda capaz de garantir a reprodução familiar. Na narrativa a seguir é possível identificar esses fatores.

Eu trabalhei muito com negócio de plantação aqui, mais nada dava pra sobreviver, o solo sempre foi muito fraco. Aí em 2012 eu parti pra criação, que também não é muita porque a área é muito pequena e não permite. Aqui a gente se entristece porque todo recurso investido no assentamento vai pro projeto de manejo, e a gente tem outros projetos, a gente quer tirar o lucro do nosso lote, porque se fosse pra depender do manejo a gente já tinha ido embora como muitos foram. Aqui, do nosso tempo mesmo, não tem 20 famílias, porque as pessoas não conseguem sobreviver. Nós só estamos aqui porque a gente é insistente e optamos por outra coisa, se não, tinha saído também (Assentada, 57 anos, PDS Virola Jatobá).

Quando questionados sobre as atividades desenvolvidas no início do assentamento, os entrevistados em geral informaram o cultivo de anuais, como

⁶O Plano de Utilização (PU) é considerado pelo Inera como “regulamento” (Inera, 1996) que tem por objetivo ajustar obrigações entre as partes e regular as condições de uso e manejo dos espaços e dos recursos naturais em áreas que já possuem formas próprias de apropriação e utilização.

arroz, feijão e milho, usados principalmente para alimentação, seguido do cultivo do cacaueteiro. Assim, nota-se que todos os assentamentos tiveram avanços em relação a suas atividades iniciais, com exceção do PDS Virola Jatobá, devido à restrição da qualidade do solo.

Todos os entrevistados, quando questionados sobre o trabalho na roça, informaram que sempre gostaram, e que pretendem continuar a fazê-lo nos lotes, mas que possuem diversos projetos a serem desenvolvidos. Nos PAs, a maior parte (37,5%) pretende investir na construção de tanques para criação de peixes. Outros projetos mencionados foram o cultivo do cacaueteiro (18,7%), a pecuária (18,7%), mecanização para evitar novas derrubadas (12,5%), cultivos de frutíferas (6,3%), e infraestrutura da propriedade, como construção de açude, cerca e curral (6,3%). Nos PDS, a maior parte dos entrevistados (56,2%) também pretende investir na piscicultura. Outros pretendem implantar espécies frutíferas (12,5%), investir em mecanização (12,5%), na pecuária leiteira (12,5%), e aumentar o manejo e cultivo de açazeiros (6,3%).

FLORESTA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Questionados sobre a quantidade de floresta suficiente para manter no lote, os assentados dos PAs consideram que os 80% exigidos pelo código florestal, são excessivos. Apenas quatro famílias concordam com a quantidade exigida. Os entrevistados alegam que não é viável trabalhar apenas nos 20% exigidos, sem investimentos por parte do governo:

Eu acho que o colono deveria derrubar 50% do lote dele. Eu acho pouco demais pra um lugar sem investimento nenhum. É complicado, porque eles exigem que o colono preserve, mas não dão suporte pra isso, não tem uma máquina pra mecanização. Então, toda vez que vai colocar uma roça, precisa derrubar e queimar (Assentado 7, 79 anos, PA Pilão Poente II).

Alguns entrevistados mencionaram que grande parte dos agricultores já ultrapassou esse limite, como pode ser observado na narrativa abaixo:

O assentamento deve estar com uns 50% de mata. Eu acho que é pouco, eu penso que deveria ter mais, porque a mata tem uma importância muito grande. O meio ambiente contribui até pras chuvas, pode ver que hoje o inverno acaba bem mais rápido, e isso vai prejudicando nossas roças. Através da mata a gente pode pegar uma caça pra comer, até o ar fica melhor. Eu fico triste quando vou em um lote e vejo aquelas aberturas grande de floresta, e aí mesmo a gente mantendo a floresta no nosso lote esses vizinhos acabam prejudicando o assentamento inteiro (assen-

tado 1, 51 anos, PA Pilão Poente III).

Já nos PDS, a maior parte concorda com a quantidade de floresta exigida. Os entrevistados, em sua maioria, acreditam que os 20% destinados para a agricultura sejam suficientes para a produção familiar:

O desmatamento aqui tá aumentando, a pastagem tá crescendo, a quantidade de floresta exigida tá boa, porque a gente, enquanto agricultor familiar, não precisa de mais de 20% pra trabalhar. O problema é a falta de investimentos, de projetos aqui dentro. (Assentado 3, 33 anos, PDS Esperança)

Os assentados que acham necessário aumentar a área destinada à produção, justificam dizendo que com 20% só é possível trabalhar com agricultura, e que seria necessário o aumento para que possam introduzir a criação de gado.

No geral, todos reconhecem a importância do limite imposto, e quando questionados se a floresta traz prejuízo para o assentamento, todos responderam que não. Apenas dois assentados de PA, apesar de reconhecerem a importância do limite, associam a quantidade exigida a uma forma de prejuízo. Segundo um deles, o agricultor é prejudicado no seu crescimento e nos ganhos financeiros, pois esse limite o impede de crescer. O outro mencionou a dificuldade de trabalhar em uma área considerada pequena:

Não que seja um prejuízo, mas a parte de floresta que tem que deixar é muito grande, e como a gente não tem mecanização, por exemplo, pra poder ficar trabalhando ali só numa área, precisa derrubar, queimar pra colocar roça pra sobreviver, porque a planta que eu vi que nasce sem precisar queimar é o cacau. Então precisa arar a terra ou de bastante adubo (Assentado 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Em relação ao papel da floresta no assentamento, a maior parte dos entrevistados considera que as contribuições são inúmeras e em diversos sentidos. Nos PAs, os entrevistados apontaram benefícios para a saúde e bem estar dos assentados, contribuição ambiental auxiliando o clima, madeira para construções na própria unidade de produção, e benefícios financeiros ainda que pequenos com a venda de castanha. Os agricultores expressam ainda a falta de projetos para que possa ser possível a obtenção de renda através da floresta de forma sustentável:

A gente sabe que a floresta é muito importante, mas infelizmente a gente não conseguiu ainda tirar uma renda da floresta. A gente sabe que existe o extrativismo, que dá pra viver, mas nunca tivemos uma experiência aqui no

assentamento. Mas teve contribuição, por exemplo, de uma madeira pras construções de cerca, curral e de moradias, que é uma contribuição para os moradores (Assentado 2, 51 anos, PA Pilão Poente II).

Nos PDS, assim como nos PAs, três dos entrevistados afirmaram que a floresta não traz contribuição para o assentamento. Os demais apontaram contribuições relacionadas à biodiversidade, ao ambiente, à alimentação por meio de caça, matéria prima para construções rurais, e retorno financeiro através da venda de açaí e castanha, e no caso específico do PDS Virola Jatobá, pelo manejo florestal.

Discursos como “*a floresta é o pulmão do mundo, e a partir do momento que essa floresta vai deixando de existir, vai diminuindo as chuvas, os reservatórios de água, o ar vai ficar diferente, a gente só perde com o desmatamento desgovernado*”, indicam a concepção desses assentados sobre a importância da floresta. Os assentados dos PDS destacaram ainda a importância do manejo florestal, expressando a falta que o recurso proveniente da atividade faz para os assentados individualmente, assim como para o desenvolvimento do assentamento como um todo.

Nos PAs convencionais, cinco entrevistados informaram que não tomaram conhecimento de nenhum projeto ou atividade que considerasse a preservação das florestas e do meio ambiente. No entanto, os demais relataram que já foi implantado em ambos os assentamentos o Projeto Assentamentos Sustentáveis,⁷ cujo objetivo é consolidar um novo modelo de desenvolvimento, no qual a floresta gerasse renda, promovendo qualidade de vida para os assentados.

Nos PDS os entrevistados relatam que sempre houve atividades destacando a manutenção da floresta. Desde as primeiras discussões sobre os assentamentos, o tema já era o foco das reuniões, pois os movimentos sociais discutiam um modelo que se contrapunha aos assentamentos convencionais que avançavam no desmatamento. Como projeto, os assentados apontam o manejo florestal comunitário, implantado em 2008. Apesar das discussões e capacitações terem ocorrido nos dois PDS, apenas no Virola Jatobá o MFC foi efetivado, pois, segundo os assentados, os moradores do PDS Esperança não aceitavam as condições para realização do manejo e decidiram não aderir ao projeto.

Nota-se, portanto, que não foram executados muitos projetos desse âmbito nos assentamentos. No entanto, a maior parte dos assentados considera possível inserir a floresta na geração de renda do assentamento. Os entrevistados dos PAs consideram que projetos de extrativismo, para extrair óleos, cipós e outros produtos, poderiam trazer benefícios da floresta de forma sustentável. Outra alternativa mencionada é

⁷Projeto executado pelo IPAM, de 2014 a 2017, em três assentamentos, beneficiando 2.730 famílias, no desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e implementação de pagamentos pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.

o pagamento por serviços ambientais, que estimularia os assentados a manterem a floresta em pé. No entanto alguns entrevistados consideram que a única maneira de conseguir renda da floresta é através da exploração de madeira. Para esses, a saída seria o investimento na propriedade, principalmente em mecanização, como pode ser observado a seguir:

Se tivesse algum projeto que fornecesse um trator pra você fazer uma área pra trabalhar cinco ou seis anos no mesmo lugar, aí nesse período não precisava você derrubar. Do contrario, pelo menos de dois em dois anos a gente precisa desmatar, porque não dá pra morrer de fome com uma terra produtiva dessa. (Assentado 1, 64 anos, PA Pilão Poente II)

Já nos PDS, apenas uma pessoa acredita que não há como implantar projetos desse sentido, pois acha que os projetos não obtêm sucesso devido aos próprios assentados que não conseguem levar as atividades adiante. Os demais entrevistados vêem possibilidades de fazer com que a floresta contribua com o bem-estar e geração de renda, através de atividades como extração de cipó, sementes, óleos, como observado na narrativa abaixo:

Aqui a gente tem um potencial muito grande pra isso, tem andiroba, uma quantidade significativa de copaíba, tem cumaru e outras essências florestais que não temos conhecimento. Então a gente perde muito dentro dessa área, e tem também a castanha do Brasil (Assentado 3, 33 anos, PDS Esperança).

Além do extrativismo, o reaproveitamento de madeira caída para fabricação de moveis e fabricação de bio-jóias com materiais extraídos da floresta foram mencionadas como alternativas para a integração da floresta na renda familiar. A implantação do manejo florestal, no caso do PDS Esperança, e a continuação do projeto no PDS Virola Jatobá, também surgem como estratégias para utilização sustentável da floresta.

A sustentabilidade é uma preocupação nos assentamentos. Entretanto, existem interesses e conceitos distintos para o estabelecimento de parâmetros sobre o que seja um “ambiente sustentável”. Pelo que se pôde observar *in loco* na área do estudo, a ação de muitos assentados é contrária à prática produtiva sustentável. Há terras que já se encontravam seriamente devastadas, mesmo antes de serem ocupadas, em função principalmente do modelo de colonização da região, pautado em desmatar para ser considerado produtivo. E mesmo nos PDS, dentre as práticas agrícolas utilizadas, predomina o corte-e-queima. Neste sentido, a consolidação dos PDS em

Anapu é também um desafio, pois implica em subverter a ordem estabelecida há décadas, pelo modelo de desenvolvimento excludente (SACHS, 2004), que ainda predomina na Amazônia.

Nos assentamentos estudados, observou-se que com o apoio das organizações sociais, gradativamente as famílias incorporaram o discurso ambiental do cuidado com a mata, e da importância dela para o bem-estar do assentamento. No entanto, ainda é aparente a diferença dos discursos de acordo com a modalidade de assentamento. Nos assentamentos convencionais, os entrevistados apresentam discursos vagos em relação à sustentabilidade, e muitos, apesar de já terem ouvido falar, não sabem seu significado. Durante as entrevistas, quando questionados sobre o que entendem por desenvolvimento sustentável, foram comuns discursos como: *“a gente vê falar na televisão, mas eu não entendo bem o que é não”*. Segundo os assentados, essas discussões não estão presentes no assentamento. Quando foram iniciados os discursos sobre a criação dos assentamentos, no final da década de 1990, o tema era até mencionado em reuniões. No entanto, logo após a criação, nada foi desenvolvido nesse sentido. A forma como esses assentamentos foram iniciados interfere, portanto, na construção do pensamento do assentado.

A visão de desenvolvimento para assentados em PAs convencionais está diretamente ligada à geração de riqueza, associada à criação de gado. Assim, parte dos assentados considera que mesmo a mata sendo necessária, é preciso que os limites para a reserva sejam revistos no sentido de aumentar a área para as atividades produtivas. Esses agricultores, quando questionados sobre como o assentamento poderá chegar ao desenvolvimento sustentável, alegaram que isso só será possível com investimentos do governo, principalmente na mecanização de áreas e através de fiscalização e investimento em conscientização dos assentados.

Já nos PDS o discurso sobre sustentabilidade foi introduzido desde a criação do assentamento. Os movimentos sociais já pensavam, antes mesmo de conhecer a modalidade, em criar áreas diferenciadas dos assentamentos convencionais da região, principalmente por constatarem que a modalidade existente até então estava contribuindo para o desmatamento. Assim, o PDS surge como alternativa para reverter esse modelo, com uma proposta em que o ecossistema deve manter suas características e inter-relações fundamentais, para viabilizar a sustentação da vida. De acordo com o já mencionado, os agricultores eram introduzidos a esse discurso logo no momento em que iam procurar terra, e continuavam participando de reuniões que foram fundamentais em seu processo de formação. Assim, é possível identificar que a compreensão sobre desenvolvimento sustentável está bastante presente nos PDS entre os assentados pioneiros, que participaram de todo

esse processo. Para esses assentados, a floresta aparece como parte do sistema de produção. No entanto, a mobilidade crescente dos moradores tem dificultado a consolidação dessa ideia de desenvolvimento sustentável, visto que a maior parte dos moradores novatos não concorda com os princípios do PDS, e esse embate de pensamentos tem gerado conflitos no assentamento.

Para alguns entrevistados, o PDS tem perdido o caráter de sustentável, visto que com a entrada desses novos moradores, o discurso no assentamento foi sendo modificado, tanto que hoje há uma parte considerável de moradores que deseja que a modalidade seja alterada. Muitos assentados alegaram que para o assentamento alcançar um desenvolvimento realmente sustentável, são necessários investimentos por parte do governo, em projetos que valorizem a floresta e que a integrem à unidade familiar de produção. Ou seja, projetos que façam com que a floresta gere renda no assentamento.

CONDIÇÃO DE VIDA, BEM-ESTAR E MOBILIDADE

Quando questionados sobre sua condição de vida nos últimos anos, os assentados dos PAs responderam positivamente, principalmente devido à obtenção de uma terra para trabalhar e por terem conseguido estabilidade financeira. No entanto, informam que ainda há empecilhos que dificultam a melhoria de suas condições de vida, como por exemplo a infraestrutura do assentamento, em especial as estradas, e a falta de investimentos do governo, o que é representado no discurso de um dos assentados:

Pra melhorar a nossa vida aqui a gente precisa de apoio, porque só com o nosso trabalho é muito difícil. Tudo hoje em dia tá muito caro, então se tivesse projetos, assistência técnica, mecanização, essas coisas pra ajudar a aumentar a produção, apoio mesmo do Incra, do governo, condição de vida melhorava (Assentada 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Segundo os entrevistados, não há atuação de nenhum órgão no assentamento, e isso dificulta a vida dos assentados, pois falta apoio e fiscalização. O Incra, órgão responsável, não tem cumprido suas obrigações básicas, e o assentamento está abandonado. A situação não difere muito nos PDS, onde os assentados informaram que a atuação do Incra e demais órgãos do governo têm deixado a desejar.

Quando questionados sobre o que mais tem contribuído para melhores condições de vida, respostas diferentes foram dadas nos dois PDS. Para assentados do PDS Esperança, o que mais contribui é a qualidade do solo, proporcionando condições para o cultivo do cacaueteiro. Já no PDS Virola Jatobá é a posse da terra, que mesmo

com qualidade do solo inferior, tem proporcionado segurança e um avanço em relação à sua condição de vida anterior, conforme observado no discurso dos assentados quando declaram que *“a terra é minha, não preciso trabalhar pra ninguém”*. Quanto às dificuldades, para os assentados do PDS Esperança, a infraestrutura das estradas e a falta de apoio do governo são as principais reivindicações. Já no Virola Jatobá, a qualidade do solo tem sido a maior dificuldade para a produção, e conseqüentemente, melhoria de vida.

Mesmo com todas as dificuldades, em ambas as modalidades, os entrevistados informaram que houve avanços em sua condição de vida quando comparada a cinco e dez anos atrás, principalmente em relação à infraestrutura do assentamento, com a abertura de estradas, instalação de energia elétrica e construção de escolas e postos de saúde. Mesmo que esses serviços sejam precários e precisem de reformas e manutenção, foram avanços significativos para o assentamento e qualidade de vida dos assentados.

Quanto à comparação em relação à média da vizinhança, os assentados de ambas modalidades indicaram diferenças. Nos PAs, os entrevistados atribuíram essas diferenças principalmente pelo tempo de moradia na terra. Segundo eles, os moradores mais antigos tiveram mais possibilidade de investir em seus estabelecimentos. Outro motivo apontado foi a oportunidade de financiamentos bancários, o que possibilitou melhorias consideráveis nos rebanhos e infraestrutura. No PDS Esperança, os assentados consideram que apesar das oportunidades terem sido iguais para todos, alguns conseguiram desenvolver com mais facilidade devido à capacidade de gestão. Outro motivo citado pelos entrevistados deste PDS é a diferença entre os lotes que foram ocupados primeiro e os que foram incorporados depois (Lotes 55 e 57). O fato desses lotes terem sido criados em áreas com muita pastagem dificulta a produção, resultando em condições de vida inferiores aos assentados de outras áreas. Para os entrevistados do PDS Virola Jatobá, o principal motivo da diferença na condição de vida entre os vizinhos se dá devido algumas áreas apresentarem solos mais férteis que outras, e também o tempo de moradia, visto que parte dos moradores localizados nas glebas 107 e 132 terem sido assentados apenas em 2008, quando os mais antigos já estavam se estabilizando.

Pode-se portanto afirmar que o acesso à terra não garantiu melhoria na condição de vida que as famílias buscavam, pois problemas estruturais e falta de investimento nos assentamentos impediram a consolidação da ocupação, o que acaba influenciando a permanência da família no lote.

Segundo os assentados pioneiros, logo que as primeiras famílias começaram a chegar formou-se uma comunidade, que existe até os dias atuais. Todos os

entrevistados consideraram a comunidade um lugar bom para viver por diversos motivos. Os motivos mais citados são a tranquilidade e segurança do lugar e a relação com os vizinhos. Para os assentados, a união da comunidade foi um dos principais motivos para a continuidade no assentamento.

Segundo relato dos assentados, o início foi um período muito difícil, devido a carência financeira. Nesse período eram comuns mutirões e troca de diárias, e assim a comunidade se fortalecia através de uma rede de apoio coletivo. Os assentados destacam ainda a relação de confiança na comunidade, como observado abaixo:

Aqui é um lugar sadio, calmo, você deixa suas coisas do lado de fora da casa, ninguém mexe, comparando com outras vicinais aí que a gente ouve falar de tanta coisa, tanto roubo, aqui é muito tranquilo. A gente conhece todo mundo, os vizinhos são de muita confiança, como se fossem da família (Assentada 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Foi possível perceber em campo que ainda hoje essa relação continua. É comum a prestação de favores, serviços coletivos e trocas de diárias, principalmente em períodos de vacinação de gado e colheita. A afinidade construída através da vivência cotidiana também é aparente, fortalecida principalmente através do respeito, da relação de vizinhança e da ajuda mútua nos momentos de necessidade. Essa afinidade tanto se relaciona ao parentesco, quanto à amizade construída na convivência diária por meio do diálogo, o que serve para estreitar laços de solidariedade e estabelecer a confiança que se consolida nas relações de vizinhança.

Os assentados relataram que podem contar com o apoio da comunidade em diversos momentos, como no caso de doenças, necessidades financeiras e apoio em atividades no lote, conforme relatado em entrevista:

A gente mesmo já recebeu ajuda na época que minha menina faleceu. Todo mundo ajudou, emprestaram dinheiro, ajudaram com transporte, também já houve caso de vizinhos que adoeceram e a gente fez rifa pra ajudar. Então aqui é todo mundo unido, sempre disposto a ajudar (Assentada 6, 38 anos, PA Pilão Poente III).

Cabe ressaltar, portanto, a importância da comunidade desde a criação do assentamento, quando os agricultores ainda estavam estabelecendo suas posses, até o momento atual, quando essa rede já se encontra estabelecida, e mesmo os agricultores que possuem estabilidade financeira mantêm essa relação, que funciona como rede de apoio e de amizade.

A maioria dos agricultores entrevistados pretende continuar no assentamento. Quando perguntados sobre quais os projetos da família para o futuro, surgiram inúmeros planos, todos pautados no desenvolvimento e modernização dos lotes. Apenas dois pretendem se desfazer do lote, no PDS Virola Jatobá, devido a dois motivos: idade e saúde. Uma entrevistada afirma através de seu discurso: “Pretendo permanecer aqui até conseguir minha aposentadoria e depois sair, porque não tenho mais condições de saúde pra continuar aqui trabalhando.” A falta de incentivos e os conflitos dentro do assentamento são mencionados pela segunda entrevistada, que afirma no relato a seguir:

Queremos vender e ir embora, por conta da falta de incentivos e também pelo medo que temos de sermos alvos dos conflitos. Se caso melhorar a situação, continuaríamos por aqui e íamos criar galinhas, e mexer com horta e plantas pra vender (Assentada 1, 49 anos, PDS Virola Jatobá).

Ao analisar discursos no PDS Virola Jatobá sobre projetos futuros, diferente dos demais assentamentos, percebe-se uma desilusão com o assentamento. Foi possível observar que muitos pretendem deixar o assentamento, com o discurso de que além do solo não ser adequado para cultivos perenes, a falta de investimentos do governo impede novos projetos, visto que sozinhos isso não é possível.

De fato, verificou-se que os fatores que impulsionam a mobilidade são distintos nas duas modalidades. Nos PAs os motivos que levaram os assentados a vender o lote são a falta de infraestrutura, principalmente no período inicial do assentamento, a falta de apoio do governo, o envelhecimento e a prática de alguns ocuparem a terra somente para venda. A comercialização de terra era comum no início, e devido às dificuldades, muitos desistiam logo do lote. Por outro lado, segundo relatos, muitos eram especializados em ocupar com o propósito da venda, mesmo que a valores extremamente baixos.

Já nos PDS o principal motivo apontado foi a não adaptação à modalidade, seguido da falta de infraestrutura e apoio governamental. No PDS Virola Jatobá uma particularidade em relação à mobilidade está relacionada à baixa fertilidade do solo. Neste PDS, as vendas se intensificaram após uma ação de assentamento pelo Incra em 2008, em que não houve orientações quanto à modalidade de assentamento. Parte dos agricultores trazidos pelo Incra não se adaptou ao formato e repassou seus lotes. Já as famílias que entraram de forma dirigida pelos movimentos sociais tinham conhecimento da modalidade e participaram do processo de luta, o que levou à sua identificação com o lugar e à sua permanência, mesmo com as dificuldades enfrentadas no início da ocupação.

Com efeito, a entrega de lotes para famílias que não têm a mesma concepção

sobre a posse e uso da terra é percebida pelos residentes como um grande problema, devido ao enfraquecimento do grupo social, mostrando assim que o fato do governo organizar a entrada não necessariamente resulta em menor mobilidade. Não concordando com as regras, muitos desses moradores vendem seus lotes, o que leva a outra dificuldade, que é a consolidação da própria comunidade do assentamento, especialmente no PDS Virola Jatobá, onde a entrada descontrolada de novos moradores é intensa, como constatado na narrativa a seguir:

Muita gente vem pra cá sem saber que aqui é um PDS, e outros não sabem como funciona, aí querem desmatar tudo, criar gado e quando vêm como é, como são as regras, acabam não se acostumando e vendem o lote (Assentado 3, 56 anos, PDS Virola Jatobá).

Já no PDS Esperança, a venda de lotes ocorre com menos frequência, pois os solos são mais férteis. Os assentados que investiram em produção de cacau consolidaram seu patrimônio, o que contribui para a permanência.

Essas constatações revelam a situação via de regra enfrentada por assentados na região da Transamazônica. Sem infraestrutura, com pouco ou nenhum recurso financeiro para investir no lote, estas famílias ficam a mercê da própria sorte, e através da organização coletiva buscam meios para garantir a reprodução social de sua família. Mesmo nas áreas com maior mobilidade, como é o caso do PDS Virola Jatobá, os assentados enfatizam a necessidade de uma associação fortalecida, a fim de enfrentar as dificuldades no cotidiano do assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos assentamentos no município de Anapu indica que a forma de colonização imposta pelo governo para a Transamazônica provocou impactos socioambientais que perduram até os dias atuais. A colonização espontânea realizada no polo leste da região, onde o município está localizado, interferiu no seu arranjo fundiário, e o abandono do poder público contribuiu para o acirramento de conflitos no município.

Em relação à trajetória de implementação dos assentamentos em Anapu, verificou-se que apesar dos PAs convencionais e PDS terem formas de ocupação e criação distintas, ambas estiveram atreladas à atuação dos movimentos sociais e da igreja católica, que frente a esse abandono, apoiaram as famílias a enfrentar as duras condições sociais e as relações de poder da região, que ameaçavam inclusive sua própria sobrevivência. Os movimentos sociais passam a impulsionar a luta pela retomada da distribuição de terras a agricultores familiares. Os PDS, em especial, surgem em um período de tensão social e conflitos fundiários, como demanda dos

movimentos sociais, em forma de uma nova modalidade frente aos problemas apresentados pelos assentamentos convencionais.

Neste estudo, foi possível observar que as atividades extrativistas ainda não são vistas como importantes para o funcionamento do sistema produtivo nos PDS. São pouco explorados os recursos florestais não-madeireiros, e quando tal ocorre é apenas em pequena escala, para consumo familiar. Quando analisadas iniciativas ambientalmente sustentáveis que resultam em maior conservação de floresta, foi possível constatar que apesar da maior conservação ser uma realidade nos PDS, apenas o MFC foi destacado, efetivamente desenvolvido somente no PDS Virola Jatobá.

O manejo florestal apareceu ainda como um divisor de opiniões no assentamento, o que resultou em conflitos internos, havendo maior sensibilização e aceitação entre aqueles conhecidos como pioneiros, visto sua participação desde o início do projeto, ao passo que os assentados novatos consideram que investimentos no assentamento deveriam ser voltados para atividades agrícolas, alegando que o projeto de manejo tem enfraquecido a agricultura no assentamento.

Foi possível identificar que apesar de no geral os entrevistados reconhecerem a importância da floresta para o assentamento, há uma maior preocupação ambiental por parte dos assentados dos PDS. Tal constatação é facilmente observada quando os entrevistados são questionados sobre a quantidade de floresta no lote. Nos PAs, uma porcentagem pequena dos entrevistados concorda com a quantidade de floresta exigida pelas leis ambientais. Já nos PDS, a maior parte concorda com essa proporção. Para esses assentados a floresta aparece como parte do sistema de produção. No entanto, é importante destacar que a constante mobilidade nos lotes tem enfraquecido o discurso ambiental presente, fazendo com que hoje uma parte considerável de residentes no PDS também deseje que a modalidade de assentamento seja alterada.

Por fim, observou-se que o acesso à terra em áreas de assentamento da chamada reforma agrária na Transamazônica não tem viabilizado a consolidação da posse da terra pelo agricultor, sendo cada vez mais intensa a mobilidade nos assentamentos. No caso específico dos PDS de Anapu, alguns problemas potencializam esse fenômeno, como o fato de que muitos agricultores recém-chegados não concordam com as imposições da modalidade e com o formato de uso coletivo da reserva legal.

Diante dessas considerações, constata-se que a implementação de assentamentos ambientalmente diferenciados, apesar de ser uma proposta inovadora, não se concretiza de modo a alcançar o desenvolvimento proposto pela modalidade, sendo necessárias melhorias nas ações e maior investimento. Constata-se que os indicadores da efetividade do projeto são quase nulos, pois é identificada apenas uma iniciativa ambientalmente sustentável, de forma isolada e sem muito sucesso.

Mesmo sendo possível observar o comprometimento de parte dos assentados em relação ao uso dos recursos naturais disponíveis e a preocupação destes para com sua conservação e sustentabilidade, a continuidade dos conflitos entre assentados e madeireiros, o avanço da pecuária e até mesmo acordos ilegais entre madeireiros e assentados, são parte da realidade dos PDS, onde a falta de uma atuação maior dos órgãos governamentais tem fortalecido essa prática.

Dessa forma, o desafio para o desenvolvimento sustentável na Transamazônica ainda é realidade. O que é possível perceber hoje, é que a modalidade PDS vem sofrendo uma frequente descaracterização, prejudicada por situações de grilagem, atividade madeireira ilegal e expansão da pecuária extensiva. Apesar do cenário constatado neste estudo, a modalidade deve ser fortalecida como uma possibilidade concreta de promoção de desenvolvimento local, sendo imprescindíveis ações públicas efetivas voltadas para seu suporte e revitalização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviços públicos: Novos desafios para a extensão rural. **Cadernos e Tecnologia**. Brasília, 1998. v. 15, p. 137-157.

ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A. J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. IPAM, Brasília, DF, 2016, 93p.

BECKER, B. Síntese do processo de ocupação da Amazônia, lições do passado e desafios do presente. In MMA (ed.). **Brasil, Causas e dinâmicas do desmatamento da Amazônia**. Brasília: MMA, p. 5-28, 2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 97-139.

_____. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 97-139.

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos**

rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho Nacional dos Seringueiros/Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de desenvolvimento Sustentável-PDS**. Brasília: MDA, 2000.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas cidades, 1982, 284 p.

CONCRAB. **Sistema de cooperativas dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola nº 5- 2ª edição, 1998.

COIMBRA, H. **Estudo de viabilidade econômica do Estado do Tapajós**. Brasília, 1996. 204 p.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: EDUFScar, 1997.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo**: mobilidade espacial e condição camponesa numa Região da Amazônia Oriental. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento**. In Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 7., 2014. p. 38-46.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Dados de população do Pará no ano de 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/anapu.pdf>. acessado: 06/10/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.. **Projetos de Assentamento AgroExtrativistas PAE's (cartilha)**. Brasília: INCRA, 1996.

_____. **Instrução Normativa nº 65 de 27 de dezembro de 2010**. Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento. Publicada no D.O.U. 31/12/2010.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, v.13, n.1, p.111-130, 2010.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP; 2004.

LOPES, J. S. L. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARTINS, J.S. O Sujeito da reforma agrária: um estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J.S. (Coord.). **Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003. 294 p.

MEDEIROS, L. S., SOUZA, I. C., ALENTEJANO, P. R. Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA R. J., CARVALHO, L. C. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 316 p. p. 179-204.

MENDES, J. F.. **O direito vivo na luta pela terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá em Anapu/PA**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

MENDES, J. F.; PORRO, N. S. M.. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. **Ambiente & Sociedade**, vol. XVIII, núm. 2, abril-junho, 2015, pp. 97-114

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999, p. 5-28.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. São Paulo: Garamond, 2004.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência**

na fronteira paraense. [tradução: Bennett, P.; McDonough, J. F.; Michel, M.; e Schlemmer, K.]. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUSA, F. N. **Participação social e alternativas de desenvolvimento na Transamazônica:** a ONG ASSEFEFA e os PDSs de Anapu-PA. Dissertação (Mestrado). UFPA-IFCH Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.